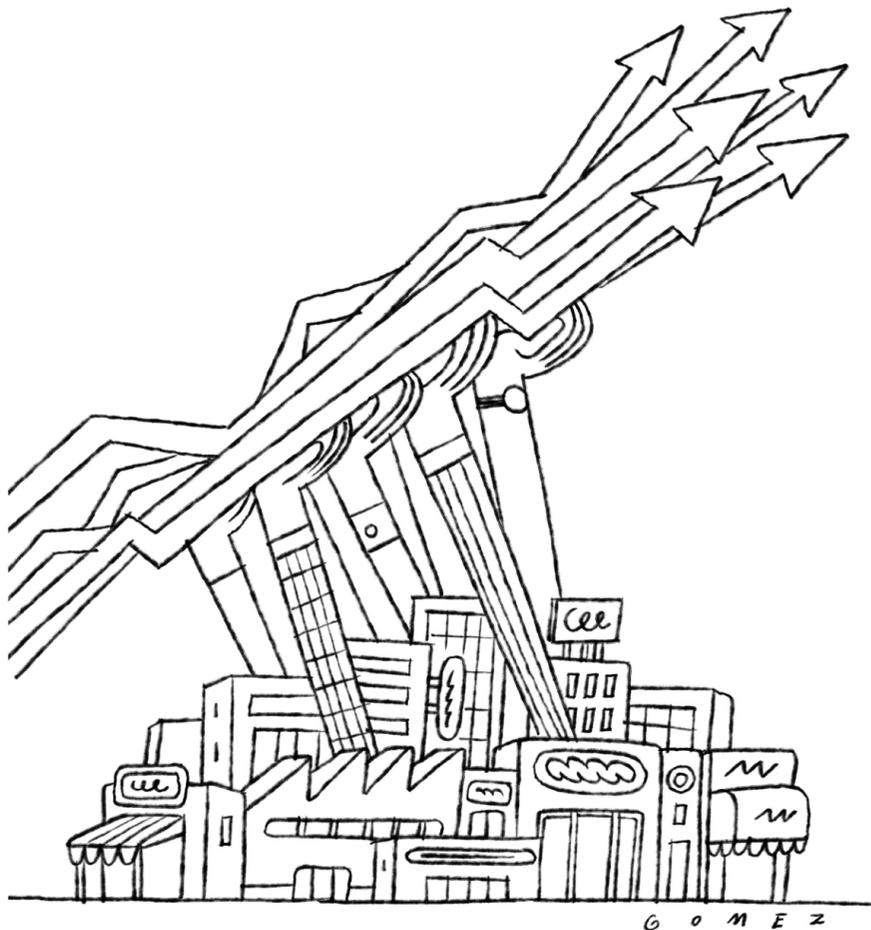


As pequenas empresas como solução para o desenvolvimento do Brasil

» VALDIR OLIVEIRA
Superintendente do Sebrae no DF
» LUIZ BARRETO
Ex-presidente do Sebrae Nacional



Os pequenos negócios são responsáveis por mais de 50% dos empregos formais e por apenas 29% do PIB, representando 99% dos CNPJs existentes no Brasil. Não há o que falar em distribuição de renda sem o fomento a esses negócios. A volta da inflação, o crescimento dos juros e o alto desemprego tornam o nosso ambiente econômico prejudicial ao desenvolvimento dos pequenos negócios. Nenhuma solução de sobrevivência ou de melhoria na produtividade das pequenas empresas será possível sem que o ambiente econômico volte às condições anteriores de crescimento. A pandemia aprofundou as desigualdades e a concentração de renda no nosso país.

A solução de crédito ofertada no período da pandemia, principalmente com o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), trouxe o endividamento para aqueles que conseguiram o crédito. A linha foi ofertada com proposta de subsídio, sendo oferecido a 3,25% ao ano. Mas quem esperava esse baixo custo está pagando 18,25% ao ano, um aumento de aproximadamente 500% em dois anos. Outro fator de inadimplência foi o descasamento da operação comercial com a linha de crédito. Sem acesso ao auxílio emergencial, os pequenos negócios utilizaram o crédito para socorrer as necessidades de subsistência da família. No mesmo período, as maiores economias capitalistas do mundo, como os Estados Unidos e a Alemanha, ofereceram para os proprietários de pequenos negócios um auxílio para que suportassem o período sem faturamento. Milhões de pequenos empreendedores brasileiros precisavam, naquela época, de um programa de renda mínima empresarial para o sustento das famílias. A realidade dos pequenos negócios no pós-pandemia é de muitas empresas fechadas e endividadas que impactam milhões de famílias no Brasil.

Com o avanço da vacinação e os sinais de controle da crise sanitária, temos a retomada da economia. Mas precisamos recuperar o poder de compra do brasileiro e trabalhar com políticas compensatórias para fazer o dinheiro girar nas comunidades. Só assim teremos o consumo de volta, com a consequente retomada dos negócios. É nesse momento que precisamos potencializar os pequenos negócios para que a retomada da economia seja feita com geração de emprego e distribuição de renda. O Simples Nacional, criado em 2006 pelo governo federal, foi um grande avanço para as micro e pequenas empresas, destacando-se o tratamento tributário diferenciado para os pequenos negócios. Mas isso não será suficiente para retomada da atividade desse segmento. Precisamos de políticas públicas que possam

avançar além da justiça fiscal, com o Estado sendo o indutor do fomento a esses negócios. Precisamos enxergar esses negócios nas suas diferenças para que a intervenção potencialize a reação econômica de cada tipo de negócio.

As políticas não podem ser as mesmas para aqueles que têm necessidades diferentes, seja na segmentação do que existe hoje, seja nas diferenças regionais e as especificidades de seu mercado. Precisamos enxergar esses geradores de emprego além da questão tributária. Uma microempresa do Norte do país não pode ter o mesmo tratamento de uma que opera no Sul e Sudeste brasileiros, onde o mercado é diferente. Os modelos de negócios têm necessidades diferentes e não podem ter políticas públicas iguais para startups e para microempreendedores individuais que têm negócios de subsistência. Precisamos segmentar estratégias e políticas por comportamento, assim compreenderemos as suas diferenças e atuaremos focados em suas necessidades.

O desafio para o próximo ciclo governamental é ter políticas públicas focadas na liberdade de empreender, no acesso ampliado ao crédito e nas oportunidades de mercado. Esses são os pilares de um modelo de desenvolvimento que potencialize os

pequenos negócios como eixo de desenvolvimento. Precisamos reduzir a intervenção da burocracia estatal de licenciamento, para que o empreendedor possa implementar sua ideia na velocidade de sua criação. A solução de crédito precisa chegar àqueles que hoje têm barreiras para o acesso ao sistema financeiro e que precisam de soluções criativas para serem alcançados, seja com intermediários fora do sistema, seja por modelos internos a sua operação, como a relação entre atacado e varejo.

E, por fim, a ampliação do acesso ao mercado para esse segmento, com a indução de compras governamentais, campanhas publicitárias de apoio ao consumo junto aos pequenos ou com fomentos à criação de marketplace ou aplicativos comandados pelos próprios pequenos empreendedores, estimulando o associativismo. O fomento aos pequenos negócios deve ocorrer nos territórios; é lá que fortaleceremos o empreendedorismo com a inclusão produtiva daqueles que foram alijados pela força da crise e ajuste do mercado.

Se deixarmos os pequenos empreendedores com liberdade para tocar o seu negócio, com acesso a crédito e com oportunidade de comercialização, construiremos um Brasil mais justo, que gera emprego e distribuição de renda e contribui para o desenvolvimento do país.

A urgência do verde na vida das crianças no pós-pandemia

»THAÍS MACHADO GUSMÃO
Gerente de Educação e Engajamento
da Fundação Grupo Boticário

Após dois anos extremamente desafiadores, as aulas presenciais foram retomadas em todo o Brasil. O retorno às salas de aula, que vinha sendo gradual e desigual por causa das diferenças socioeconômicas e epidemiológicas em cada localidade do país, deve ser comemorado como símbolo de uma reconstrução necessária. Além de toda a importância da escola para a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, reativar os espaços de convivência e as relações sociais tão prejudicadas pelo isolamento social imposto pela pandemia torna-se uma questão-chave para o nosso futuro.

Crianças, adolescentes e jovens foram afetados de forma muito singular nesses últimos anos. Segundo o estudo *Situação Mundial da Infância 2021*, elaborado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), o impacto da covid-19 na saúde mental e bem-estar desse público ainda será sentido por muitos anos. Segundo a pesquisa, ao menos um em cada sete meninos e meninas com idade entre 10 e 19 anos vive com algum transtorno mental diagnosticado. Além disso, um em cada cinco adolescentes e jovens de 15 a 24 anos afirma que, muitas vezes, se sente deprimido ou tem pouco interesse em fazer alguma atividade.

Esse cenário deveria estar no centro das preocupações de toda a sociedade neste momento. Afinal, é fácil imaginar que o futuro da nação pode ser comprometido por causa das consequências dos transtornos emocionais dos profissionais e cidadãos que estão em formação. Por isso, a Unicef pede que a promoção da saúde mental de todas as crianças, adolescentes e também dos cuidadores sejam priorizadas nos próximos anos.

O momento é oportuno para enfrentar alguns desafios que já estavam presentes antes mesmo da pandemia, mas que foram agravados com o isolamento social. Um exemplo é o chamado déficit de natureza, que vem aumentando muito nas últimas gerações e revela mudanças de hábitos prejudiciais à saúde mental de toda a população e, de um modo especial, da infância. Em média, as crianças passam até 44 horas por semana na frente de uma tela e menos de 10 minutos por dia brincando ao ar livre.

Especialistas do mundo todo já alertam sobre os diversos riscos causados pelo excesso de telas, como barreiras ao desenvolvimento cognitivo; prejuízos em áreas da linguagem, memória e atenção; além do aumento da ansiedade, irritabilidade e obesidade, entre outros problemas. Os sinais estão claros e precisamos urgentemente criar oportunidades de interação e aprendizagem ao ar livre, pois mesmo um curto período de tempo por dia em atividades externas ajuda as crianças a se concentrarem no aprendizado.

Segundo estudo do Child Mind Institute, dos Estados Unidos, uma criança gasta atualmente menos de sete minutos por dia em brincadeiras não-estruturadas. Isso é dramaticamente menor que qualquer geração anterior. Mas é importante lembrar que as crianças aprendem muito pelo exemplo e são reflexo dos pais e cuidadores. Portanto, a reflexão vale também para os hábitos das famílias.

A ideia não é estimular um sentimento de culpa nos adultos, mas, ao contrário, mostrar que é possível reconectar as famílias com a vida que pulsa lá fora, para além das áreas fechadas e protegidas e, principalmente, das telas. As famílias têm muito a ganhar se puderem se reaproximar da natureza, dentro das possibilidades e limitações de cada um. A situação é particularmente desafiadora no Brasil, pois segundo estudo da Lenstore Vision Hub, do Reino Unido, somos o terceiro país em que as crianças mais preferem utilizar dispositivos eletrônicos a realizar atividades ao ar livre, atrás apenas dos Emirados Árabes e dos Estados Unidos.

É natural que pais e professores estejam preocupados com a recomposição e recuperação das aprendizagens defasadas, mas podemos aproveitar o contexto de saída da pandemia como oportunidade para reforçar a conexão entre a escola e as famílias para uma vida mais saudável. Não faltam subsídios científicos para sustentar essa mudança de hábitos e busca por uma educação integral que coloque a conexão com a natureza como prioridade.

Um esforço nesta direção é a Coleção Meu Ambiente, que disponibiliza gratuitamente materiais paradiáticos e vídeos de orientação para professores, com propostas de atividades para agregar o estudo do meio ambiente no cotidiano dos alunos do Ensino Fundamental de forma lúdica e interdisciplinar. O material mostra que é possível abordar temas ambientais de forma transversal, refletindo também sobre um futuro mais sustentável. No entanto, além de conhecimento teórico, precisamos proporcionar vivências que promovam a reconexão com a natureza desde a primeira infância, sempre com o apoio das famílias.

Por mais que a tecnologia faça parte da nossa rotina, não há nenhum aplicativo ou jogo virtual capaz de substituir o sentimento de conexão e descoberta que a criança tem ao viver uma experiência na natureza. Certamente, as crianças não conseguirão lembrar qual foi o seu melhor dia em frente ao YouTube, mas terão na ponta da língua uma vivência especial e divertida na natureza.

Reajuste dos planos de saúde: a política por trás dos preços

» FÁBIO GONÇALVES
Diretor técnico na Aliança para a Saúde Populacional (Asap), diretor executivo de valor e acesso no Hospital Care, CEO e cofundador da Excella

A descontinuidade de tratamentos crônicos, diminuição de ações de prevenção e promoção, incluindo ações de diagnósticos precoces contribuíram para o reajuste de 15,5% nos planos de saúde individuais e familiares em 2022. Além disso, os efeitos econômicos decorrentes da pandemia de covid-19, principalmente durante os anos de 2020 e 2021, também influenciaram. Nesse contexto, é importante deslocar o foco da discussão dos "sintomas" para as verdadeiras "causas" do aumento, ou seja, quais as alavancas que devidamente gerenciadas poderiam mitigar a tendência de elevação dos custos assistenciais ao longo do horizonte temporal.

As organizações precisam, constantemente, buscar a eficiência da gestão dos recursos financeiros e, ao mesmo tempo, melhores resultados em saúde, sempre com foco em um cuidado assistencial de boa qualidade e a um custo adequado. É necessário atuar firmemente contra a utilização inadequada de serviços e procedimentos que o setor ainda pratica, reduzindo as variações não justificadas do cuidado. Ou seja, precisamos de modelos bem-sucedidos para combater a ineficiência existente entre os agentes, em prol de maior sustentabilidade do setor de saúde, direcionando o foco de

modelos de pagamento de serviços de saúde específicos (que privilegiam o volume de procedimentos e não a qualidade e benefício ao paciente) para modelos de remuneração orientados para a gestão da saúde populacional (ou seja, novas formas de remunerar, baseadas em valor, que privilegiam a qualidade dos serviços prestados e não se baseiem exclusivamente na redução dos custos).

Portanto, uma agenda estratégica pautada num planejamento de longo prazo é essencial para que as empresas consigam adotar táticas eficientes de gestão de saúde populacional em seus segmentos específicos de populações. Quanto mais cedo a organização conseguir alinhar internamente uma visão unificada de uma agenda de saúde, maiores serão as chances de gerenciar eficientemente as alavancas que impactarão na redução do desperdício dos recursos, na melhoria da qualidade do cuidado e melhor experiência dos seus colaboradores com o sistema de saúde.

Um cuidado especial deve ser tomado para que estratégias de controle dos preços de planos de saúde no curto prazo não ocorram às custas de um acesso futuro, ou seja, da capacidade das pessoas de obterem os serviços necessários no lugar e no momento certo. Caso contrário,

continuaremos assistindo à elevação dos custos no longo prazo e seus respectivos reajustes.

Se, por um lado, algumas modalidades de remuneração dos serviços de saúde pautadas no compartilhamento de riscos podem colaborar na redução da tendência dos custos assistenciais no médio e longo prazo, reduzindo o desperdício e melhorando a qualidade do cuidado; por outro, caso incentivem uma absorção assimétrica dos riscos entre os stakeholders envolvidos e não considerem a mensuração dos desfechos que realmente importam para os pacientes e famílias, poderão ter efeito oposto, penalizando a qualidade do cuidado entregue ao beneficiário. Exemplo de ótima ferramenta de gestão, mas, se mal utilizada, poderá atrasar ações de saúde preventivas é a coparticipação em consultas e exames, que deve ser usada de forma a gerenciar abusos, mas não evitar cuidados.

O engajamento do setor é crucial para superar uma necessidade histórica, ainda não atendida, de uma coordenação e manejo efetivos do cuidado longitudinal dos pacientes, reforçando a musculatura do sistema na transição para um sistema de cuidados baseado em valor, mudando o foco de fornecer serviços específicos de forma eficiente para fornecer assistência longitudinal ao paciente de forma eficaz.